

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/30598	39082/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DECS - DCSS [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando:

1. O teor e a vigência do protocolo em anexo, celebrado em Abril de 2025 entre o Município de Braga e a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, o qual prevê a dotação dos Recursos Humanos necessários ao funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, enquanto estrutura de primeira linha que consubstancia uma resposta aos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;

2. A necessidade de reforço da equipa técnica após saída de uma das colaboradoras, permitindo manter e/ou elevar a capacidade de resposta ao público-alvo deste serviço, com questões e situações cada vez mais complexas do ponto de vista social.

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere aprovar a adenda ao supramencionado protocolo de cooperação, nos termos nela propostos.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO E/OU CABIMENTO

Data: 19/09/2025

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **39082/2025**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **94578, e compromisso N.º: 122707**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

Considerando:

1. O teor e a vigência do protocolo em anexo, celebrado em Abril de 2025 entre o Município de Braga e a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, o qual prevê a dotação dos Recursos Humanos necessários ao funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, enquanto estrutura de primeira linha que consubstancia uma resposta aos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
2. A necessidade de reforço da equipa técnica após saída de uma das colaboradoras, permitindo manter e/ou elevar a capacidade de resposta ao público-alvo deste serviço, com questões e situações cada vez mais complexas do ponto de vista social.

Celebra-se a adenda ao supramencionado protocolo de cooperação com vista a assegurar o normal funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa,

ENTRE:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, adiante designada por **CVP Del. Braga** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 745 749, com sede na Avenida 31 de Janeiro, nº 317, 4715-052 Braga, neste ato representada pelo Presidente da Direção, Júlio Manuel Faceira Guedes.



Que se regerá pelos seguintes termos:

- 1 – A adenda ao protocolo inicia a 01 Outubro de 2025 e termina a 31 de Dezembro de 2026.
- 2 – O Município de compromete-se a efetuar o pagamento adicional ao protocolo no montante de **€ 10.829,85** (dez mil, oitocentos e vinte e nove euros e oitenta e cinco cêntimos), divididos em 15 prestações mensais de **€ 721,99** (setecentos e vinte e um euros e noventa e nove cêntimos).
- 3 – A composição da equipa técnica constante da cláusula nona do protocolo de Cooperação passa a ter 6 técnicos (equipa multidisciplinar).
- 4 – Foi assegurada a regularidade financeira da despesa através dos números sequenciais de cabimento 94578 e de compromisso 122707.

Braga, 01 de Outubro de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga

(Júlio Manuel Faceira Guedes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surgiu como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;



5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as Câmaras Municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a Câmara Municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – conforme artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:



O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, adiante designada por **CVP Del. Braga** ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 745 749, com sede na Avenida 31 de Janeiro, nº 317, 4715-052 Braga, neste ato representada pelo Presidente da Direção, Júlio Manuel Faceira Guedes.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A CVP Del. Braga desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª
Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional. A título de exemplo, deverá ser promovida a articulação e/ou encaminhamento no âmbito de ações no contexto da CPCJ,



Comissões Sociais (Inter)Freguesias, CLDS, Rede Social, Radar Social e Planos Municipais para a Integração de Migrantes, Longevidade e Igualdade e Não Discriminação, entre outros que se verifiquem adequados à situação acompanhada.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.



2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;



- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita aos Núcleos Locais de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira no valor de duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e seis euros e noventa e cinco cêntimos (€ 247.806,95), a que corresponde o valor mensal de onze mil e oitocentos e trinta e três cêntimos (€ 11.800,33), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, que incluem € 1.100 para fundo de maneo, conforme quadro I, abaixo. Se a globalidade das despesas do 2.º Outorgante com Recursos Humanos for superior ao valor transferido pelo Município de Braga, tendo como referência/limite os valores base de ingresso na Função Pública, o 1.º Outorgante analisará a possibilidade de revisão dos valores acompanhada de prévia verificação documental.

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	RH V.º BRUTO	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL	
Cruz Vermelha Portuguesa	Técnico	São Lázaro e São João do Souto	31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €	174 542,90 €	231 746,13 €	16 060,82 €	247 806,95 €	Página 1
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	Técnico		31 066,98 €	6 927,94 €	2 508,00 €	532,58 €	40,00 €	41 075,49 €					
	AAD		19 208,00 €	4 283,38 €	2 508,00 €	329,28 €	40,00 €	26 368,66 €					

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga tem a sua sede na Avenida 31 de Janeiro, nº 317, 4715-052 Braga e intervém na União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.



CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos, Carnaval, 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa, 24 e 31 de Dezembro.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
CVP Del. Braga	Sede do SAAS	2.ª a 6.ª feira	09:30 às 12:30 e 14:00 às 17:00	253208870/918748326

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar em regime de exclusividade, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Sociologia	Técnica Superior/Interlocutora	100%
2	Psicólogas	Técnica Superior	100%
2	Assistentes Sociais	Técnico Superior	100%
1	12º ano (Animadora Sociocultural)	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos, em regime de exclusividade, adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à mais breve possível substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;



- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários do RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro dos prazos definidos, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios mensais referentes às atividades desenvolvidas, até ao dia 10 do mês seguinte, em modelo a disponibilizar pelo Município de Braga;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando, para tal, for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;



- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dispor de contactos móveis telefónicos para a equipa técnica, bem como garantir deslocações em viatura de serviço sempre que se justifiquem;
- w) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo



- Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
 - 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
 - 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
 - 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais

CLÁUSULA 16.ª

Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no



- respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
 3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.



CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou



reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;

- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.^a

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.^a

Vigência

- 1- O presente protocolo tem início a 03 de Abril de 2025 e término no dia 31 de Dezembro de 2026, podendo ser renovado automaticamente pelo período de 1 ano adicional, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 07 de Março de 2025.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga

(Júlio Manuel Faceira Guedes)

